

**Voto n.º 70/XIV**

**Voto de condenação pelas graves e sistemáticas violações dos direitos humanos e da liberdade de religião das minorias muçulmanas e do povo Uigure na China**

No início desta semana, dados do Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação provenientes de uma fuga de documentos classificados e validados por especialistas internacionais, revelaram com detalhe a preocupante situação das minorias muçulmanas existentes na China, sobretudo os Uigures. Os mesmos dados divulgaram ainda como é a vida quotidiana nos centros de internamento na região noroeste de Xinjiang, demonstrando inequivocamente que, contrariamente ao que refere o Estado Chinês, os prisioneiros estão ali contra a sua vontade, que há sujeição a fortes “sistemas de vigilância com polícia armada” e “com câmaras de videovigilância sem ângulos mortos”, que existem fortes sistemas punitivos para os que violem ordens ou tentem fugir do centro e que através destes centros se está a pôr em curso um verdadeiro genocídio cultural contra as minorias muçulmanas na China através de um conjunto de medidas tendentes a forçar os prisioneiros, por via de técnicas de “lavagem cerebral”, à renúncia à sua religião, à assimilação da cultura chinesa e à “educação ideológica no comunismo”. Paralelamente, surgem também informações que demonstram que a China, através das suas Embaixadas e Consulados, “monitoriza e espia os uigures que residem no estrangeiro” e que a perseguição e repressão do povo Uigur foi ordenada pelo Presidente Chinês Xi Jinping, em 2014, num discurso em que instou os funcionários para que atuassem “absolutamente sem piedade”.

Face a estas novas informações, que confirmam as suspeitas há muito existentes, deve enfatizar-se a necessidade urgente de Portugal, no quadro dos organismos internacionais, condenar as reiteradas violações de direitos humanos na China contra minorias religiosas e opositores políticos e exigir que a China ponha fim a este tipo



medidas repressivas e introduza reformas tendentes à implantação de um regime democrático no país.

Assim, a Assembleia da República, reunida em plenário, manifesta a sua preocupação quanto aos dados divulgados pelo Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação durante esta semana e condena as graves e sistemáticas violações dos direitos humanos e da liberdade de religião das minorias muçulmanas, e em especial do povo Uigure, na China.

Palácio de S. Bento, 27 de Novembro de 2019

As Deputadas e o Deputado,

André Silva

Bebiana Cunha

Cristina Rodrigues

Inês de Sousa Real